

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                       |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                  | <b>2</b>  |
| Título: Consumo de aço no início do ano têm recuo de 5,6%.....                        | 2         |
| Título: Moura 'tropicaliza' bateria de lítio para ônibus urbano .....                 | 3         |
| Título: Carro elétrico e fim do diesel dão novos rumos ao setor .....                 | 5         |
| Título: Vale quer negociações diretas com familiares; MPT propõe assembleia .....     | 6         |
| Título: Área de sustentabilidade ainda tem baixo poder decisório nas companhias ..... | 8         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                            | <b>9</b>  |
| Título: 'Não podemos ser dogmáticos, isso seria um retrocesso' .....                  | 9         |
| Título: GDM assume liderança em sementes de soja no País .....                        | 12        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                               | <b>14</b> |
| Título: Empresas de tecnologia limpa crescem com promessa de conta de luz menor ..... | 14        |
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                          | <b>16</b> |
| Título: Em Brumadinho, o arriscado ofício dos bombeiros.....                          | 16        |
| Título: Protesto lembra um mês da tragédia da Vale .....                              | 18        |

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 25/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo****Título: Consumo de aço no início do ano têm recuo de 5,6%**

O mercado de aço no Brasil iniciou o ano retraído, na comparação com o começo de 2018, segundo dados divulgados na sexta-feira pelo Instituto Aço Brasil, entidade das siderúrgicas no país. O consumo aparente, que mede a soma de vendas internas com importações, registrou recuo de 5,6% frente ao volume apurado em janeiro do ano passado. O montante comercializado de produtos siderúrgicos planos, longos e especiais atingiu 1,5 milhão de toneladas no mês.

O Aço Brasil não apontou razões da queda de consumo, mas executivos ligados ao setor apontam, de um lado, uma atividade econômica ainda morna no país e, de outro, desestocagem de material nos clientes. As constantes altas de preços em 2018 levaram muitos usuários de aço - do setor automotivo à linha branca e construção civil - a se protegerem fazendo mais pedidos para evitar novos reajustes.

No momento, novos reajustes de preços estão previstos para fim de março, como anunciou a Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) - de 10% a 15% - ou início de abril.

Conforme o Aço Brasil, as vendas internas das usinas em janeiro tiveram queda de 3,7% frente ao mesmo mês de 2018, alcançando 1,4 milhão de toneladas.

As importações no período também fecharam em baixa. Em volume, a retração foi 18,4%, com 177 mil toneladas. Em valor, informa a entidade, a entrada de aço gerou US\$ 212 milhões, menos 12%. A valorização do dólar frente ao real nos últimos meses de 2018 inibiu os importadores.

A produção de aço bruto no mês foi de 2,9 milhões de toneladas, aumento de 2,3% frente a janeiro de 2018. Em laminados, alcançou 1,8 milhão de toneladas, com queda de 3,1%. O volume de semiacabados para vendas totalizou 729 mil toneladas, inferior 9,2%.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 25/02/2019****Seção: Mercado****Autor: Marli Olmos | De São Paulo****Título: Moura 'tropicaliza' bateria de lítio para ônibus urbano**

A Moura, fabricante brasileira de baterias, anuncia, hoje, sua estreia no mercado de baterias de lítio, usadas em veículos elétricos. A empresa fechou parceria com a americana XALT Energy para inicialmente importar o produto e fazer adaptações locais, uma espécie de "tropicalização". A empresa pernambucana já planeja partir para a produção nacional. Tudo depende da demanda. Em julho, serão apresentados ao mercado dois ônibus urbanos - um 100% elétrico e outro híbrido -, produzidos pela brasileira Eletra com baterias fornecidas pela Moura.

O projeto começou a ser discutido há mais de um ano. O mercado sempre esperou que partisse da Moura, líder de vendas do segmento, a ideia de explorar o mercado de baterias de lítio no Brasil. Hoje, a produção desse tipo de bateria concentra-se na China, Coreia, Estados Unidos e Japão. A Eletra, tradicional fabricante de trólebus de São Bernardo do Campo (SP) já produz ônibus elétricos com baterias importadas da China, mas agora passará a adquirir o produto da Moura.

O segmento de veículos comerciais tem despontado como o mais promissor para a inserção brasileira no mercado da eletrificação veicular. A produção nacional desse tipo de veículo tende a acontecer antes do que a de automóveis elétricos. Por isso, a Moura optou por esse segmento.

Nos últimos meses, a direção da Moura acertou com os americanos não só a importação inicial como um acordo de transferência tecnológica para futura produção no país. Nessa primeira etapa, as baterias produzidas nos EUA serão adaptadas pela Moura para as condições brasileiras.

"O hemisfério sul tem clima diferente, mais quente, e, além disso, o tempo que nossos veículos ficam no trânsito também é maior", afirma Fernando Castelhão, escalado, no Grupo Moura, para dirigir a divisão de lítio, criada no ano passado. "Prevemos que muito em breve começaremos a produção local", afirma. O executivo não detalha o volume de investimentos que a empresa calcula gastar para produzir baterias de lítio no país.

A diretora da Eletra, Ieda Maria de Oliveira, acredita que a demanda começará a aumentar a partir das novas licitações de transporte público. A de São Paulo é a mais significativa. "As regras estabelecem redução de 50% de dióxido de

carbono em dez anos e de 100% em 20 anos", lembra a executiva. Ieda e Castelhão garantem que ambas as empresas estão preparadas para atender qualquer volume de demanda.

Eles acreditam que a demanda pelas chamadas "frotas limpas" tende a crescer por conta das exigências de redução de emissões em todo o mundo e também, no Brasil, como consequência das regras do Rota 2030, programa automotivo do governo federal lançado em novembro, que cria um cronograma de redução de emissões e estimula a eletrificação veicular.

O preço da bateria adaptada pela Moura é mantido em sigilo em razão, segundo a empresa, de acordo de confidencialidade. Já os preços dos ônibus serão revelados na apresentação ao mercado em meado do ano. Os executivos acreditam que em breve a indústria de caminhões também se interessará pelas baterias de lítio.

Em parceria com a Eletra, em 2018, a Volkswagen lançou seu primeiro caminhão elétrico, que tem sido testado em entregas urbanas da cervejaria Ambev. Há quase um ano, a Corpus, empresa de saneamento, adquiriu 200 caminhões elétricos da chinesa BYD para coleta de lixo. O contrato prevê entregas anuais até 2023.

Com autonomia de 200 quilômetros, segundo a Eletra, no ônibus 100% elétrico, a energia sai totalmente do conjunto de baterias de lítio. Já no chamado modelo elétrico-híbrido, a energia vem também destas baterias e de um motor gerador. Somados ou individualmente, esses equipamentos alimentam o sistema de tração. Mas nos dois modelos apenas o motor elétrico traciona o veículo. As baterias de lítio que equiparão os dois veículos foram desenvolvidas para ônibus e caminhões e também navios e locomotivas.

O grupo Moura foi fundado em 1957, na cidade de Belo Jardim, em Pernambuco, por Edson Mororó Moura e sua esposa, Conceição, que morreu na madrugada de sábado passado, aos 87 anos. Quando o marido morreu, em 2009, Conceição passou a envolver-se em projetos do instituto que leva seu nome, voltados à área de gestão. Seu filho, Edson Viana Moura, é presidente do conselho de administração. Com seis fábricas no Brasil e uma na Argentina, o grupo tem 6 mil funcionários.

A Eletra foi fundada em 1988 e já produziu 400 ônibus elétricos, que circulam em São Paulo, Rosário, na Argentina, e Wellington, na Nova Zelândia.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 25/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Patrick Mathurin | Financial Times, de Londres****Título: Carro elétrico e fim do diesel dão novos rumos ao setor**

A indústria automotiva vai ter que afivelar bem o cinto de segurança porque o caminho à frente parece ser bem esburacado.

Na semana passada, a Honda anunciou o fechamento de sua fábrica em Swindon, no Reino Unido, e a Nissan voltou atrás na promessa de que iria montar seu mais novo utilitário esportivo no país. A Jaguar Land Rover (JLR) anunciou uma baixa contábil enorme, de 3,1 bilhões de libras esterlinas (US\$ 4,04 bilhões), em razão das más perspectivas para suas operações.

No Reino Unido, as pessoas se perguntam se foram as demoradas negociações e as incertezas em torno ao Brexit que levaram a Nissan a mudar de ideia e a decidir pelo Japão como novo local de produção de seu novo X-Trail.

A Honda insiste que sua decisão não teve nada a ver com o Brexit, mas com fatores internacionais, mais notavelmente a ascensão dos veículos elétricos. No caso dos anúncios da Nissan e da JLR, o principal motivo parece ter sido o declínio do uso do diesel.

A linha de veículos da JLR consiste de veículos pesados e grandes, 4x4, que consomem muito combustível e usam em sua maioria motores a diesel, como o Range Rover e o Discovery.

O X-Trail, que poderá vir com cinco ou sete assentos, é o maior modelo da linha da Nissan e será vendido essencialmente com motores a diesel. Além disso, a fábrica da Nissan em Sunderland, que a empresa tinha em mente para o modelo, exportaria mais de 50% de seus carros à Europa.

Uma forte demanda por veículos a diesel no futuro era fundamental para os planos da Nissan e JLR. As atuais evidências indicam o contrário, especialmente na Europa, o maior mercado para carros a diesel.

Números recentes da Associação Europeia de Fabricantes de Automóveis (Acea, na sigla em francês) mostram um mercado assolado pelas consequências do "dieselgate", o escândalo dos carros a diesel da Volkswagen para burlar os testes de emissão de poluentes

"As montadoras foram pegas no contrapé", disse Patrick Hummel, chefe de análises do setor automotivo no banco suíço UBS. "Elas apostaram pesadamente no diesel como sendo a tecnologia que lhes permitiria cumprir as exigências mais rigorosas das autoridades quanto às emissões. Mas a queda na demanda [depois do escândalo da Volkswagen] as pegou de surpresa, ninguém estava prevendo isso", acrescentou.

As vendas de carros a diesel na União Europeia caíram cerca de 20% em 2018, na sequência de um declínio de 8% em 2017. Há apenas dois anos, um de cada dois carros novos vendidos no bloco econômico era movido a diesel. Hoje, a proporção caiu para 35,9%.

Irlanda, Itália e Portugal são os únicos três mercados da UE em que as vendas de carros a diesel ainda superam as das versões a gasolina. Há cinco anos, eram 15 países. No Reino Unido, o cenário é ainda pior. Em 2018, o declínio nas vendas foi de 29,1%.

O caminho à frente não parece ser nada mais suave. Os governos estão comprometidos a tornar suas cidades mais "verdes".

Paris, Madri e Atenas já anunciaram a proibição de veículos a diesel no centro de suas cidades a partir de 2025, enquanto outras cidades, como Londres, ampliaram as restrições a modelos de carros mais antigos e poluidores.

A empresa de dados e análises IHS Markit prevê que as vendas de veículos a diesel na Europa vão cair das 5,1 milhões de unidades previstas para este ano para apenas 4,2 milhões em 2021.

"Não faz sentido investir em diesel, não há motivos comerciais; [o diesel] vai ser só um mercado de nicho e as montadoras não conseguem ganhar dinheiro sem ter escala", disse Hummel.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 25/02/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte**

**Título: Vale quer negociações diretas com familiares; MPT propõe assembleia**

A mineradora Vale deverá se recusar a enviar representantes para uma assembleia com familiares de vítimas da tragédia da cidade de Brumadinho, em Minas Gerais, para tratar de indenização. A empresa está sendo instada pelo

Ministério Público do Trabalho a tomar parte do encontro público, que os procuradores do órgão esperam marcar para esta semana.

Hoje completa um mês que a Barragem I da mina de ferro Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), se rompeu. Era em torno de meio dia e meia de uma sexta-feira, 25 de janeiro, quando a enorme massa de lama e rejeito destruiu a estrutura da barragem e desceu arrastando pelo caminho instalações administrativas, refeitório, oficina mecânica e pera ferroviária, além de comunidades no entorno até atingir o rio Paraopeba.

No último boletim da Defesa Civil de Minas Gerais, haviam 177 mortos e 133 desaparecidos..

Uma fonte a par do assunto na Vale afirmou ao **Valor** que um encontro com esse perfil seria ainda muito marcado pela dor do luto e, consequentemente, pouco propício, para a empresa, para uma discussão sobre os valores das indenizações. Para a Vale, o preferível são negociações diretas com sindicatos que representam trabalhadores ou com as famílias dos mortos e desaparecidos.

A empresa propôs há alguns dias valores de indenização aos que perderam parentes no desastre. O máximo a ser pago por parente direto seriam R\$ 300 mil, a título de dano moral. Para danos materiais, a cada família o equivalente a dois terços do salário do trabalhador até o ano que ele completaria 75 anos. Até agora, uma família aceitou a proposta.

O MPT havia proposto indenização mínima de R\$ 2 milhões a cada família, mas, na semana passada, sindicatos de trabalhadores e representantes de familiares, com conhecimento do MPT, propuseram uma nova cifra: US\$ 2,6 milhões, ou R\$ 9,7 milhões.

A quantia é citada em um documento interno da companhia e se refere ao valor a ser provisionado pela mineradora para casos de morte de funcionários em caso de queda de barragens e foi incluída, por um dos sindicatos, na ação que corre na 5ª Vara da Justiça Federal do Trabalho em Betim (MG).

Para rebater esse novo pleito, um dos argumentos, apurou o **Valor**, é que o estudo trata de provisionamento financeiro e não deve servir de parâmetro para uma discussão trabalhista de indenização.

A procuradora Luciana Coutinho, do MPT de Minas, defende que a Vale exponha diretamente às famílias seus argumentos. Na sexta-feira, durante audiência na Justiça em Betim, entre a empresa, MPT e sindicatos, ela cobrou que a empresa participe da assembleia com familiares.

"O Ministério Público faz o convite público à Vale para comparecimento em assembleia que será realizada em Brumadinho". disse. Ela defendeu também a importância, para as famílias, de aderirem a uma negociação coletiva sobre o valor das indenizações. "É imperioso que a empresa negocie coletivamente com as famílias envolvidas valores justos e razoáveis para reparação", disse ela. Advogados da Vale reiteraram sua proposta de indenização e afirmaram na audiência que têm conversado com sindicatos com o intuito de discutir indenizações e que está de portas abertas para as famílias que queiram discutir diretamente com a empresa sua indenização.

Não houve um posicionamento dos advogados, perante o juiz da 5ª Vara de Betim, sobre se empresa participaria ou não dessa assembleia a ser marcada em Brumadinho. Por meio de nota, depois da audiência, a companhia manteve a proposta inicial de indenização.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 25/02/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Juliana Schincariol | Do Rio**

**Título: Área de sustentabilidade ainda tem baixo poder decisório nas companhias**

As companhias já entenderam que suas reputações estão diretamente relacionadas com questões ligadas à sustentabilidade, mas a área responsável pelo assunto ainda tem baixo poder decisório dentro das corporações. A falta de integração com os demais setores foi observada em um levantamento realizado pela consultoria EY, que analisou a relevância das práticas de governança em sustentabilidade de mais de 260 empresas de médio e grande porte de diversos setores.

O resultado contraditório surge em um momento em que questões relacionadas ao meio ambiente, social e governança pesam mais entre as decisões dos investidores. Um exemplo é o caso do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), um dos maiores acidentes ambientais do Brasil, que afetou duramente as ações da mineradora. Dias depois da tragédia, a B3 excluiu a empresa do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Quando ingressou no índice, em novembro de 2018, a Vale informou que tinha como meta ser referência mundial em sustentabilidade no setor de mineração até 2030.

Segundo o levantamento, ao mesmo tempo em que 84% das empresas percebem a relação entre sustentabilidade e reputação, apenas 4% delas integram a área com a gestão de riscos corporativos. "Ao mesmo tempo em que as empresas enxergam que a sustentabilidade tem um alto poder de reforçar ou

melhorar sua gestão, quando olhamos a gestão de risco, que também tem a ver com a reputação, o resultado fica abaixo do esperado", disse ao **Valor** o diretor de sustentabilidade e mudanças climáticas da EY, Leonardo Dutra. Segundo o executivo, as organizações estão mais avançadas nas estruturas de governança do que de sustentabilidade.

"Há um espaço para melhora. Quando estamos falando de sustentabilidade, ainda há um trabalho de educação e convergência de conceitos a ser feito", afirmou Dutra. A pesquisa levantou que em 38% das empresas os riscos de sustentabilidade influenciam diretamente uma decisão. Quando se fala, por exemplo, em mudanças climáticas, apenas 13% das companhias ouvidas possuem políticas para o assunto, que é tema de discussão desde a década de 1990.

A EY também concluiu que 58% das companhias conseguem relacionar geração de receita e o valor de mercado da companhia com as práticas de sustentabilidade. Para o executivo, o resultado ficou dentro do previsto, mas ainda existem dificuldades. Um exemplo é o desmatamento da Amazônia, que tem impacto sobre a água e consequentemente sobre o preço da energia. "Se continuarmos neste ritmo, a energia vai ficar mais cara. É uma questão de tempo", avaliou.

Parte do resultado pode ser explicado porque as estruturas ainda são novas no Brasil. O estudo mostrou que 67% das organizações têm área de sustentabilidade, mas na maioria dos casos há menos de 10 anos. Em 17% das companhias, o setor não existe, é apenas uma função dentro de uma área mais ampla, como relações institucionais.

Segundo a EY, uma forma de desenvolver um ambiente organizacional favorável à sustentabilidade é acrescentar o desempenho de sustentabilidade ao programa de remuneração variável das companhias. 58% dos pesquisados ainda não o faz. "Embora as empresas estejam fazendo ações dentro do que conhecemos como sustentabilidade ainda falta a melhora de processos."

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 25/02/2019

**Seção:** Política

**Autor:** WASHINGTON ALVES/ESTADÃO Belo Horizonte.

**Título:** 'Não podemos ser dogmáticos, isso seria um retrocesso'

Governador defende a participação de deputados da base na Assembleia na escolha de nomes para ocupar cargos públicos

**Romeu Zema no Palácio Tiradentes, sede do governo**

Primeiro nome do Partido Novo a ser eleito para comandar um Estado na esteira da onda de renovação política que marcou as eleições de 2018, o governador de Minas, Romeu Zema, vai delegar aos deputados de sua base na Assembleia Legislativa a prerrogativa de escolher técnicos para comandar as superintendências regionais de Saúde e Educação, antigos feudos da velha política mineira.

A decisão resvala no discurso do Novo que defende processos de seleção para o preenchimento de cargos públicos. De acordo com Zema, o objetivo é aproveitar o “conhecimento” dos deputados em suas regiões. “Não podemos ser dogmáticos. Isso seria um retrocesso”, disse ele em entrevista ao Estado, a primeira desde que assumiu o governo.

Zema também falou sobre a crise financeira no Estado, cujas dívidas com fornecedores, 13.º de 2018 e repasses a municípios somam R\$ 24 bilhões. “O (repasso) atrasado (cerca de R\$ 1 bilhão) não sabemos quando vamos pagar”, disse.

Em relação ao rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, afirmou que houve “pirotecnia” de setores do poder público e que a tragédia não foi um problema ambiental, mas de engenharia.

- O senhor fez críticas duras ao PT e ao PSDB durante a campanha. Nomear para a administração estadual filiados ao PSDB não é uma contradição?

De forma alguma. Muito mais do que dominar o País nós queremos é mudar o País. Isso é o que tem que ficar claro. Somos um agente indutor de mudanças e que não quer se apoderar da máquina pública. Queremos mudar o que existe.

- Houve pressão do Novo para que nomeasse quadros da sigla?

Não houve. É lógico que há alguma pressão pequena de uma ou outra pessoa que contribuiu com as ideias do Novo e, desrespeitando os próprios ideais do partido, quer alguma coisa para si ou algum conhecido.

- Outro motivo de críticas é a manutenção do Germano Vieira (ex-secretário no governo do PT) na Secretaria de Meio Ambiente. Por que ele foi mantido?

Mesmo que ele não tivesse sido selecionado, estaria na secretaria porque é funcionário de carreira. Conversando com várias entidades ligadas à indústria, agricultura e mineração, elas foram unânimes em afirmar que, após o acidente de Mariana, foi quando o Germano assumiu que houve um certo controle.

- Foi na gestão dele que ocorreu a revisão das regras e rebaixou a classificação de risco para barragens como a de Brumadinho. Existe uma confusão muito

grande em relação à Secretaria do Meio Ambiente. O que aconteceu em Minas foi que um problema de engenharia causou um desastre ambiental e uma tragédia humana. A população e a mídia têm crucificado a área ambiental, que tem a responsabilidade de analisar o impacto da barragem sobre o ambiente. Ela não tem poderes para ir lá e avaliar a solidez da barragem.

- A mudança nas regras de classificação de risco não diminui o controle do Estado sobre a segurança sobre as barragens?

A barragem de Brumadinho foi autorizada em 1976. Desde o acidente de Mariana ela não recebia rejeitos. Até falo que o caso de Brumadinho é um cadáver que saiu andando. Ela estava desativada havia três anos e, de repente, tivemos este acidente. Não estou defendendo nem acusando ninguém aqui, mas o que vamos ter que rever são os critérios da própria engenharia de construção de barragens. Depois deste acidente de Brumadinho nenhuma barragem recebeu a classificação de segura. Ninguém quer assinar mais nada para não ficar com a batata quente na mão.

- A prisão dos engenheiros levou a este cenário?

Estou aguardando o final do processo. Mas o que cabe neste momento é analisar a real causa do que ocorreu, e não pirotecnia, que, às vezes, ocorre em alguns setores do poder público, infelizmente.

- Fala do Ministério Público?

Não quero citar ninguém. São vários. Aí tem de todas as esferas. Até do Executivo. Ficar gritando “culpado”, “prende”, “bem feito” muda alguma coisa na legislação ou na técnica de construir barragem? Não.

- Qual o prazo para colocar em dia a folha de pagamento e os repasses para os municípios?

Quanto aos municípios, os repasses têm sido feitos pontualmente desde o dia 1.º de fevereiro. O atrasado (cerca de R\$ 1 bilhão) não sabemos quando vamos pagar, porque para cumprir o corrente já é um sacrifício gigantesco que vai nos deixar em estado de total penúria. Quanto à folha, se for ágil o processo de adesão ao plano de recuperação fiscal junto ao Tesouro Nacional, é possível que em um ano a gente coloque em dia. Mas temos o problema do 13º. Como tivemos que assumir o do ano passado, temos um mês a mais de salário para pagar em 2019.

- O Novo vai ter de flexibilizar suas propostas para se adaptar à realidade de administrar um Estado do tamanho de Minas Gerais?

Sou totalmente contrário a qualquer tipo de radicalismo ou de postura de quem se acha dono da verdade. Nosso objetivo é sermos protagonistas de uma mudança cultural no setor público e não é de um dia para o outro que vamos conseguir isso. Vamos ter alguns momentos como este das superintendências regionais de saúde e educação, até por causa do conhecimento de políticos que já estão aí há muito tempo e sabem quem é bom e quem é ruim e que podem colaborar. Não podemos ser dogmáticos, isso seria um retrocesso.

- O senhor disse que é contra radicalismo, mas o Novo defende mudanças radicais.

Não considero, não. Considero meritocrática e só. No caso das superintendências regionais, vai ter um processo seletivo no qual serão selecionados dois ou três nomes e a classe política vai depois indicar qual desses nomes é o mais conveniente para eles. Se for alguém ruim, nós não vamos aceitar, mas vamos dar a prerrogativa de eles participarem. Não podemos nos dar ao luxo de falar que vamos escolher quem é o superintendente e o deputado ficar sabendo depois.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 25/02/2019

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** GDM assume liderança em sementes de soja no País

A Argentina GDM Seeds deixou para trás a Monsanto, hoje Bayer, e assumiu a liderança do mercado brasileiro de sementes de soja, com 38% do total. Ricardo Franconere, gerente de Marketing, atribui o desempenho à atenção dada exclusivamente ao desenvolvimento desse insumo, o que não acontece com as gigantes do setor, que têm em seu portfólio outros produtos além de sementes. A GDM comercializa no País as marcas Brasmax e DonMario e tem aqui 55% dos negócios globais da empresa. Em seguida vem a Argentina, com 40%. Os 5% restantes se distribuem pela América do Norte, Europa, África e outros países da América do Sul. Em 2018, sua receita no Brasil aumentou 28%, para R\$ 280 milhões, enquanto a do setor como um todo avançou apenas 5%. Para 2019, a expectativa é crescer mais 10% e abocanhar 42% do mercado brasileiro. » Golias. Franconere afasta a ideia de que, a exemplo das concorrentes Bayer, Syngenta, DowDuPont e Basf, a GDM poderia se fundir. “Vemos posicionamento claro dos acionistas de que não estamos à venda, de consolidar a liderança no Brasil e avançar nos Estados Unidos e na Argentina.”

» Nova fronteira. A GDM concluiu neste mês a ampliação de seu laboratório em Londrina (PR), onde desenvolverá pesquisa em edição gênica, que altera genes da própria planta para torná-la resistente a pragas e doenças. “Ganharemos agilidade no processo de regulamentação nos países produtores e consumidores”, explica, em referência à costumeira demora na aprovação de transgênicos.

» Vilão. Pelo segundo ano consecutivo, os alimentos serão vilões da inflação. Quem diz é o BRP, banco vencedor em 2018 do ranking de previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de longo prazo do Banco Central. Nelson Rocha Augusto, presidente do BRP, aponta as causas: safra menor, pressão climática desfavorável em alimentos importantes, como arroz e feijão, e aumento de exportação de carnes, especialmente bovina e suína. O BRP projeta inflação de 4,05% em 2019, enquanto a maioria do mercado espera o indicador abaixo de 4%.

» Canetada. **O Ministério de Minas e Energia** deverá arbitrar até sexta-feira as discussões entre produtores de biodiesel e montadoras sobre o cronograma de aumento da mistura do biocombustível ao diesel de petróleo dos atuais 10% (B10) para 15% (B15) até 2023. Preocupadas com eventuais problemas que a mistura pode causar aos motores, as montadoras pediram mais tempo para os testes. Já produtores querem ampliar a oferta já. O aumento de B10 para B11 a partir de junho está ameaçado, caso haja risco de prejuízos ao consumidor, e pode ser adiado. Trata-se de um dos maiores testes do mundo e está sendo feito sem custo ao governo.

» Azedou. A declaração de apoio da Sociedade Rural Brasileira (SRB) ao seu conselheiro, o deputado estadual Frederico D'Ávila (PSL), para presidir a nova frente parlamentar da agricultura na Assembleia Legislativa de São Paulo provocou uma crise. As outras 24 entidades que articulam, desde o ano passado, a criação da frente, trabalhavam para que Itamar Borges (MDB) fosse seu primeiro presidente. Borges vai para o terceiro mandato e é aliado histórico do agronegócio.

» Recado. Apesar do apoio isolado da SRB, D'Ávila garante que terá o suporte político, com assinaturas de 20 deputados (só o PSL tem 15) de ao menos cinco partidos para criar e comandar a frente parlamentar. Mas, além das críticas à SRB, as entidades farão chegar ao deputado novato o recado de que, se ele insistir na ideia, não terá o suporte, principalmente técnico, do movimento.

» Pé na tábua. O Brasil está perto de se tornar o segundo maior exportador de algodão, atrás dos Estados Unidos. Para tanto, terá de embarcar cerca de 300 mil toneladas mais até junho, quando termina a atual temporada de vendas da pluma. O presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão

(Anea), Henrique Snitcovski, conta que desde julho do ano passado o Brasil já exportou 800 mil toneladas e deve fechar fevereiro com embarques de 100 mil toneladas.

» Oportunidade. O aumento das vendas externas reflete a maior oferta nacional e a disputa entre EUA e China, que deslocou a demanda chinesa para o Brasil. A Anea prevê exportação de até 1,3 milhão de toneladas. Os EUA devem exportar 3,3 milhões de t, conforme o governo norte-americano.

» Aposta. O laticínio Scala investirá R\$ 30 milhões neste ano para aumentar em 50% a capacidade de produção da linha Parmesão e 30% da linha Requeijão. O aporte também será usado para lançar produtos. Para Marcel Scalon Cherchi, diretor executivo, o consumo de lácteos pode crescer, daí os aportes. Sem dar valores, Cerchi prevê que a Scala fature 20% mais em 2019.

» Melhor correr. O executivo da Scala defende para o setor um plano estratégico de médio e longo prazos. Assim, medidas como a recém-derrubada tarifa antidumping contra o leite em pó da Europa e Nova Zelândia teriam efeito menor. “Precisamos envolver toda a cadeia para mais eficiência e produtividade e sermos um player efetivo no mercado mundial.”

COLABORARAM ANNE WARTH, LETICIA PAKULSKI E NAYARA FIGUEIREDO

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 25/02/2019

**Seção:** MPME

**Autor:** Bruno Lee

**Título:** Empresas de tecnologia limpa crescem com promessa de conta de luz menor

*Cleantechs atraem novos clientes ao unir busca de sustentabilidade e eficiência energética*

O mercado das chamadas cleantechs, startups de tecnologia limpa, está em expansão no país. Apelo verde à parte, o crescimento dessas empresas se baseia numa questão prática: seus produtos e serviços ajudam clientes a economizar dinheiro.

As companhias trabalham em três áreas: energia limpa e renovável; eficiência energética e hídrica e eficiência na gestão de resíduos. O primeiro grupo é o mais expressivo.

Mapeamento do Centro de Estudos em Sustentabilidade, da FGV, encontrou no país 136 cleantechs --das 55 que trabalham com energia limpa, 35 têm como foco a solar.

O estudo, que deve ser publicado em março, teve o apoio da ABStartups (associação do setor) e da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), entre outras instituições.

Cofundador da empresa Solar 21, Vinicius Ferraz, 31, estima que 5% das pessoas com quem fala sobre energia solar se preocupam com o "fator verde". Já a economia anual na conta de luz prometida pela empresa, fundada há dois anos, pode chegar a até seis vezes esse percentual (30%).

A startup atua em duas frentes: aluguel e venda, e instalação de placas solares --a segunda gerou 90% do faturamento de 2018, R\$ 800 mil.

Vinicius Ferraz com placa instalada no teto da sede da Solar 21, em Brasília

**O objetivo hoje, diz Vinicius, é inverter esse cenário, dando mais peso para os aluguéis.**

Um condomínio residencial de Brasília foi o primeiro a receber as placas da Solar 21, no modelo aluguel, em setembro de 2017. No ano passado, segundo o empreendedor, a economia na conta de luz foi de mais de R\$ 3.000 --a energia gerada pelo sistema abastece apenas as áreas comuns.

O prédio paga mensalmente uma taxa de R\$ 1.000 para a companhia, além de um valor mínimo estabelecido pela concessionária de energia.

Quando o negócio estava sendo desenhado, a ideia era focar em pessoas físicas. Mais tarde, os três sócios perceberam que precisavam de consumidores com "constância de uso ao longo do ano".

**Chegaram, então, aos condomínios comerciais e residenciais.**

Para este ano, afirma Vinicius, o plano é assinar contratos de aluguel com outros quatro clientes, que equivaleriam, em termos de quantidade de energia produzida, a seis prédios similares ao de Brasília, além de fazer entre 20 e 30 instalações.

O plano depende de recursos. "Estamos conversando com um fundo para ver se conseguimos um aporte razoável, de R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões", afirma Vinicius.

Conseguir investimentos é uma das dificuldades dessas startups, de acordo com Paulo Branco, vice-coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade, da FGV.

"São negócios de maior risco, mas avaliados pelas métricas tradicionais. Esse tipo de tecnologia muitas vezes é inovador, e o analista de risco não consegue ver naquilo um atrativo", afirma Paulo.

A CUBi, empresa que coleta e processa dados sobre consumo de energia elétrica, por exemplo, dependeu de um edital do Senai do ano passado para desenvolver a tecnologia por trás dos sensores que recolhem as informações.

Com essa parte solucionada, 2019 deve ser dedicado a esforços na parte comercial --a expectativa é passar dos atuais 12 clientes para 25, com foco no setor industrial, segundo Rafael Turella, um dos quatro sócios da startup fundada em 2017, em São Paulo.

Atualmente, a companhia tem 93 sensores ativos de diferentes tamanhos (o aluguel mensal de cada um varia de R\$ 200 a R\$ 700). A partir dos dados, são gerados relatórios que detalham os padrões de consumo de energia elétrica das fábricas. O intuito é encontrar brechas que possam gerar economia na conta.

"Os dados são extraídos e mastigados ao máximo, para facilitar a tomada de decisão do consumidor", diz Rafael.

Loading

Segundo ele, a companhia tem um "potencial gigantesco" para crescer no mercado industrial, porque é um setor atrasado, em termos de eficiência no uso de recursos, e que depende muito de energia elétrica. "Não temos pretensão alguma de descer para o mercado residencial", diz.

No caso da CUBi, novamente, o fator sustentabilidade "não é o início da conversa" com os potenciais clientes.

Nos monitoramentos, a startup expõe a quantidade de CO<sub>2</sub>, equivalente ao consumo energético. "Alguns podem se aproveitar desses números, mas a faísca é sempre 'precisamos economizar'."

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 25/02/2019

**Seção:** O País

**Autor:** ANA LUCIA AZEVEDO ala@oglobo.com.br BRUMADINHO (MG)

**Título:** Em Brumadinho, o arriscado ofício dos bombeiros

Um mês após a tragédia, eles precisam rastejar na lama em busca de corpos e enfrentar riscos como caminhar por montes instáveis de rejeito: ‘Ninguém está trabalhando em lugar seguro’, diz comandante da operação

“Tenham um dia seguro”. Com essa mensagem à tropa, o comandante das operações de resgate das vítimas da barragem da Vale em Córrego do Feijão, tenente-coronel Anderson Passos, dos bombeiros de Minas Gerais, dá início a mais um dia de trabalho em busca dos desaparecidos na tragédia que hoje completa um mês. Na sexta-feira ainda eram 133. E há 177 mortos identificados.

Tem sido assim desde as primeiras horas após o 25 de janeiro. No início, os bombeiros buscavam sobreviventes. Agora, arriscam a própria vida para dar às famílias das vítimas o direito de se despedirem de quem amavam e um túmulo digno.

O trabalho começa com o raiar do dia e termina quando chega a noite. Os bombeiros sabem que têm pela frente uma zona de destruição jamais vista, de morte por politraumatismo em massa.

Há corpos presos em estruturas destroçadas. Há aqueles lançados às margens do rio. Outros afogados no fundo de bacias de areia movediça. E ainda os esmagados sob pilhas de minério.

Os bombeiros rastejam em lodaçais, afundam o corpo em lama, sobem e descem por montes de rejeito que cedem sob os pés e ocultam vergalhões e galhos. Um mês depois ainda há riscos de explosões de gás e nova movimentação do rejeito.

—Sabemos que ninguém aqui está trabalhando em lugar seguro —disse o coronel Passos a seus comandados na última terça. — Mas mantemos o monitoramento da área —acrescentou aos bombeiros, que se despediram com uma saudação coletiva e partiram em equipes.

Em campo, dentro da Mina de Córrego do Feijão, o tenente Igor Redua, que chefia uma equipe, diz que ele e seus companheiros têm sido castigados por chuva, calor, mosquitos e pelo odor de decomposição —na sexta-feira foram atacados por abelhas. Usam uma roupa de neoprene grossa para se proteger da água suja e viscosa.

—Somos militares, fomos treinados, mas sim, é desgastante —afirma o tenente, que já resgatou três corpos e dois segmentos (partes significativas de corpos).

Do alto de uma pilha de rejeito, o sargento Leite fita o que restou da barragem e afirma que segue motivado a encontrar desaparecidos, dar um pouco de paz às famílias.

—Mas vejo essa destruição e é impossível não ficar triste —diz ele, que tem um filho de 4 meses e uma mulher aflita em casa toda vez que ouve notícias da barragem.

Leite e os colegas vasculham o rejeito na mina, escoram-se em bastões improvisados para tentar identificar vestígios humanos em meio a um caos em tons de ocre.

Os corpos, de forma geral, foram levados a uma curta distância, que não costuma passar de dois quilômetros e meio, diz o coronel Passos:

—Mas há aqueles de que não sabemos. Gente que passava na estrada e a lama arrastou. Não será surpresa se acharmos um a cem quilômetros, levado pelo rio. E alguns talvez fiquem para trás.

Para sempre. Num canto de mata, num fundo de mina, na margem do rio, onde nem o dedicado trabalho dos bombeiros for capaz de alcançar.

#### ÓRFÃOS DA TRAGÉDIA

No povoado de Córrego do Feijão, as famílias, incluindo muitas crianças, esperam. Não existem informações oficiais sobre o número de crianças órfãs devido ao rompimento da barragem: o não oficial oscila de 119 a 149.

Fato é que as crianças aprenderam a observar a direção dos helicópteros. Se seguissem para Belo Horizonte, era indício de alguém vivo, indo ao hospital. Se o destino fosse a base no povoado, era sinal que o resgate tinha sido de um corpo. Passado um mês do desastre, as crianças já não veem mais esperança no céu.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 25/02/2019

**Seção:** O País

**Autor:**

**Título:** Protesto lembra um mês da tragédia da Vale

Cerca de 400 pessoas se reuniram em Belo Horizonte para cobrar providências da mineradora. Manifestantes usaram roupas pretas e levaram faixas, cartazes, cruzeiros e uma maquete simulando uma barragem com sangue

Cerca de 400 pessoas se vestiram de preto ontem para pedir justiça em um protesto que marcou um mês do rompimento da barragem de Córrego do Feijão, operada pela Vale, em Brumadinho (MG). O ato aconteceu em Belo Horizonte. As informações são do G1.

O protesto foi organizado por ambientalistas, artistas e moradores de regiões localizadas nas proximidades de barragens de minério em Minas Gerais.

—Todos os que deveriam fazer a coisa certa e que não fizeram na época da Samarco querem que isso (tragédia de Brumadinho) não seja tratado como crime. Isso é muito grave, não podemos deixar acontecer mais — disse a ambientalista Maria Tereza Corujo.

Os manifestantes levaram faixas, cartazes, cruzeiros e uma maquete de uma barragem por onde escorria sangue em vez de lama. As roupas pretas traziam nomes de vítimas da tragédia — o balanço mais recente da Defesa Civil de Minas aponta que 177 pessoas morreram.

Durante o protesto, uma sirene soou para simular um alerta de rompimento da barragem — o sistema de alarme da Vale não funcionou no dia da tragédia.

Houve também reclamações sobre a política de licenciamento ambiental. O ambientalista Anderson Ribas de Menezes reclamou da retomada das atividades de mineração na Serra da Piedade, em Caeté, que fica na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Na última sexta-feira, a Vale informou que vai manter o pagamento de dois terços do salário de funcionários mortos em decorrência do rompimento da barragem em Brumadinho. A empresa comunicou ao Ministério Público do Trabalho, durante audiência, que os pagamentos serão mantidos por um ano ou até que seja fechado um acordo definitivo de indenização. Os desaparecidos continuarão recebendo o salário integral até que seu falecimento seja oficializado pelas autoridades.

**MME / ASCOM .**